



Artigo



A Articulação da Liderança com o Discurso: como se estruturam as imagens do político

*The Articulation of Leadership with Discourse:
how images of politicians are structured*

*La Articulación del Liderazgo con el Discurso:
cómo se estructuran las imágenes de los políticos*

*L'Articulation du Leadership avec le Discours:
comment les images des hommes politiques sont structurées*

Matheus Barbosa de Oliveira¹

¹ Graduado em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. É Auditor Federal de Finanças e Controle na Controladoria-Geral da União, Brasília, DF, Brasil.

 <https://orcid.org/0000-0003-1811-7736> E-mail: matheus.oliveira@cgu.gov.br

Resumo

O artigo tem como principal objetivo analisar como se articulam a liderança e o discurso político para a influência dos cidadãos. Partindo do ponto de vista da Psicologia Política, observa-se que a atuação política, nos sistemas democráticos, requer uma legitimidade adquirida pelo consentimento do povo, que advém de uma construção identitária com os projetos de poder das lideranças políticas. Neste sentido, a liderança em si e a imagem que tal projeta sobre o povo são fundamentais para essa construção. O povo, que fornece apoio ao líder político para estabelecer seu projeto de poder, é caracterizado pela heterogeneidade de concepções de mundo. Os diversos grupos sociais que o compõem são marcados por singularidades valorativas que exercem, cada qual a sua maneira, um determinado tipo de demanda política, configurando, assim, a necessidade de ofertas distintas de identidades políticas. Interpondo-se nessa relação, as instâncias midiáticas têm enorme poder, pois, quando exercem o papel de transmissoras das informações, elas as (re)significam de acordo com o enfoque dado, propiciando o surgimento de imagens que aportam para o fortalecimento de determinado sistema de crenças, e, em consequência, determinada preferência por liderança. O artigo compreende, então, analisar o processo de liderança em si, identificando as principais variáveis para o seu estabelecimento, e o discurso político, que permite a sedimentação de uma identidade política. Os valores identitários do povo e a sua relação com a construção das imagens serão igualmente analisados, observando, em conjunto, o papel desempenhado pelas mídias.

Palavras-Chave: Psicologia Política; Liderança; Persuasão; Identidade Política; Discurso político.

Abstract

The main objective of this article is to analyze the role of leadership and discourse in the influence of citizens. From the point of view of Political Psychology, it is observed that political action, in democratic systems, requires a legitimacy acquired by the consent of the people, which comes from a construction of identity with the projects of power of political leaderships. In this sense, the leadership itself and the image it projects on the people are fundamental to this construction. The people, who provide support to the political leader to establish his project of power, are characterized by the heterogeneity of worldviews. The various social groups that comprise it are marked by valuing singularities that exercise, in their own way, a certain type of political demand, thus configuring the need for different offers of political identities. By interposing themselves in this relation, the media instances have enormous power, because, when they play the role of transmitters of information, they (re) signify them according to the given approach, giving rise to images that contribute to the strengthening of a certain system of beliefs, and, consequently, a certain preference for leadership. The article, then, examines the process

of leadership itself, identifying the main variables for its establishment, and the political discourse, which allows the sedimentation of a political identity. The identity values of the people and their relation to the construction of the images will also be analyzed, observing, together, the role played by the media.

Keywords: Political Psychology; Leadership; Persuasion; Political Identity; Political Discourse.

Resumen

El objetivo principal de este artículo es analizar cómo el liderazgo y el discurso político actúan conjuntamente para influir en los ciudadanos. Desde el punto de vista de la psicología política, se observa que la acción política en los sistemas democráticos requiere de una legitimidad adquirida a través del consentimiento del pueblo, que proviene de una construcción de identidad con los proyectos de poder de los líderes políticos. En este sentido, el propio liderazgo y la imagen que proyecta al pueblo son fundamentales para esta construcción. El pueblo, que apoya al líder político en el establecimiento de su proyecto de poder, se caracteriza por la heterogeneidad de sus visiones del mundo. Los diversos grupos sociales que lo componen están marcados por valores singulares que, cada uno a su manera, ejercen un determinado tipo de demanda política, creando así la necesidad de diferentes identidades políticas. Los medios de comunicación tienen un enorme poder en esta relación, ya que cuando transmiten información, la (re)significan en función del enfoque que le dan, favoreciendo la aparición de imágenes que contribuyen a reforzar un determinado sistema de creencias y, en consecuencia, una determinada preferencia por el liderazgo. El artículo pretende, por tanto, analizar el propio proceso de liderazgo, identificando las principales variables para su establecimiento, y el discurso político, que permite la sedimentación de una identidad política. se analizarán los valores identitarios de las personas y su relación con la construcción de imágenes, así como el papel desempeñado por los medios de comunicación.

Palabras Clave: Psicología Política; Liderazgo; Persuasión; Identidad política; Discurso político.

Resumé

L'objectif principal de cet article est d'analyser la manière dont le leadership et le discours politique agissent ensemble pour influencer les citoyens. Du point de vue de la psychologie politique, on observe que l'action politique dans les systèmes démocratiques requiert une légitimité acquise par le consentement du peuple, qui provient d'une construction identitaire avec les projets de pouvoir des dirigeants politiques. En ce sens, le leadership lui-même et l'image qu'il projette au peuple sont fondamentaux pour cette construction. Le peuple, qui soutient le leader politique dans l'établissement de son projet de pouvoir, se caractérise par des visions du monde hétérogènes. Les différents groupes sociaux qui le composent sont marqués par des valeurs singulières qui, chacune à leur manière, exercent un certain type de revendication politique, créant ainsi le besoin d'identités politiques différentes. Les médias ont un pouvoir énorme dans cette relation, car lorsqu'ils transmettent des informations, ils les (re)signifient en fonction de la focalisation qu'ils leur donnent, favorisant l'émergence d'images qui contribuent à renforcer un certain système de croyances et, par conséquent, une certaine préférence pour le leadership. L'article vise donc à analyser le processus de leadership lui-même, en identifiant les principales variables de sa mise en place, et le discours politique, qui permet la sédimentation d'une identité politique. Les valeurs identitaires des personnes et leur relation avec la construction des images seront également analysées, ainsi que le rôle joué par les médias.

Mots-Clés: Psychologie Politique; Leadership; Persuasion; Identité politique; Discours politique.

Introdução

O líder, suas características e feitos, sempre foi objeto de estudo dos mais inúmeros tipos. Ao longo da história, é vasta a produção de biografias de grandes personalidades que, de alguma maneira, mudaram o mundo (Dorna, 2006, 2007; Silva 2012ab). O fascínio despertado pelos homens e mulheres que fizeram “grandes obras” foi, e continua sendo, uma chama viva no imaginário comum. Para o senso comum, os líderes, por mais diferentes que sejam, possuem características inatas, algo concedido a eles como um dom divino, que os faz superar as mais improváveis adversidades. É assim com as personalidades messiânicas reverenciadas nas religiões, tais como Jesus ou Maomé. Também o é assim, com determinadas personalidades políticas, como o general De Gaulle, na França, que encarnou o espírito do herói nacional libertador durante a Segunda Guerra Mundial.

Buscando superar o imaginário místico em torno da figura do líder, diversos autores se debruçaram sobre o tema, objetivando desvendar os fatores que levavam a tais personalidades desenvolverem as habilidades necessárias para a sua atuação (Adorno, 1950; Verba, 1968; Dorna, 1998, 2007; Montero, 2004; Petersen & Laustsen, 2020). Os enfoques dados ao tema foram dos mais diversos. Alguns autores, fazendo o uso da Psicologia, se atentaram para as particularidades psicológicas dos homens e mulheres que desempenharam cargos de responsabilidade na vida política. Outros, em uma concepção mais estruturalista e proveniente das Ciências Sociais, visaram situar o papel histórico desempenhado pelo líder, se atentando ao contexto de inserção. Sidney Verba (1968) recordava que

“El liderazgo ha sido durante largo tiempo una preocupación central dentro del estudio de la política. A partir de la búsqueda del pensamiento político clásico del jefe ideal hasta los actuales intentos de diseñar la estructura de la “elite” de una comunidad o nación moderna, el problema de identificar los jefes y descubrir sus características ha constituido la esencia del análisis político.” (p. 148).

Convém destacar, antes de se aprofundar no tema de investigação que esse artigo trata, o campo científico que tais linhas de investigação fazem parte. Essa compreensão é fundamental para observar como a articulação de distintos saberes produz análises que, sob o ponto de vista interdisciplinar, inferem em diversas explicações.

Esse campo, conhecido como Psicologia Política, desenvolveu-se ao longo do século XX, se destacando como advindo das contribuições da Psicologia, da Ciência Política e das Ciências Sociais (Dorna, 1998; Sabucedo, 1996; Silva, 2012ab, 2013ab). O nascimento desse campo é resultado da busca pela superação de problemas comuns à época de seus autores (Le Bon, 1910), o que, transcendendo as barreiras disciplinares, o caracteriza como uma ciência, a dispor, que está no interstício disciplinar (Silva, 2015).

Delimitando esse campo, Sabucedo (1996, p. 20) assume uma posição que preza por uma orientação mais social do conhecimento humano, e uma concepção não-institucionalista da política, definindo-a como:

la Psicología Política consiste en el estudio de las creencias, representaciones o sentido común que los ciudadanos tienen sobre la política, y los comportamientos de éstos que, ya por acción o omisión, traten de incidir o contribuyan al mantenimiento o cambio de un determinado orden socio-político. (Sabucedo, 1996:20).

O âmbito da Psicologia Política não se define somente pela sua matéria de estudo, quer seja a inter-relação entre os processos políticos e psicológicos, mas também pelo particular enfoque com que se aproxima do objeto, no qual se enquadra a tradição científica de investigação. Dada a diversidade de objetos de estudo que a disciplina apresenta, para cada abordagem investigativa, um tipo de metodologia científica é necessária. As hipóteses explicativas devem ser confrontadas com provas empiricamente verificáveis e cientificamente válidas que tenham sido obtidas por procedimentos empregados com o propósito de eliminar fontes de erro conhecidas (Deutsch, 1984:240).

Um dos temas que vêm recebendo muito destaque pela disciplina é aquele que trata sobre a questão da liderança. Como já foi dito, é um assunto constante na própria história humana. E, por mais que já extensamente explorado pela literatura, foi e continuará sendo objeto de estudo, pois todos os feitos humanos são produzidos, em algum grau, pela ação de lideranças. Compartilhamos do mesmo anseio do imaginário comum pela explicação sobre tal forma de existência, anseio este que veio a crescer durante o decorrer de uma disciplina de Psicologia Política cursado quando fazíamos nossa graduação. Entender e aprofundar esses estudos segue sendo um elemento fundamental na contemporaneidade vistos os ocorridos desde a chegada da direita ao poder (Silva & Ortolano, 2022; Silva & Eusébios Filho, 2021, 2023). Porém, para tal explicação, não se recorrerá ao misticismo e ao evolucionismo biológico. Buscar-se-á, pelo arcabouço teórico do campo, compreender as variáveis internas e externas ao indivíduo que produzem tal efeito de liderança.

O artigo não se propõe a analisar todo o fenômeno de liderança, que por si só, é bastante extenso e complexo. Partindo da hipótese de que a liderança é um processo que demanda uma forte vinculação com os seguidores, cuja consolidação demanda uma incorporação de imagens idealizadas por parte destes, prioriza-se compreender como se articula a liderança política com o discurso político nos sistemas democráticos, que tem como base, principalmente, a oferta de imagens à opinião pública para a sua legitimidade institucional.

Dessa maneira, objetiva-se, na primeira seção, analisar o processo de liderança, definindo-a nas suas características. O panorama dessa relação, na qual as relações de liderança são exercidas, é o sistema democrático de direito. Nesse, mais do que a conquista do poder, os meios que são dispostos para essa finalidade são importantes, pois, nas democracias, as lideranças legitimam-se pela persuasão. Sendo assim, na segunda seção, busca-se entender o papel do discurso político, que, numa inter-relação, constrói a imagem do líder frente ao cidadão.

Para esse entendimento, é fundamental perceber o papel de uma instância fundamental nos sistemas democráticos, que perpassa a relação líder-seguidores, que são as mídias. O artigo então, analisa o seu desempenho e suas principais formas na terceira seção.

Por fim, a quarta e última seção realiza um balanço dos aspectos destacados, observando como se dão as suas disposições, e a reflexão sobre o papel da imagem nos sistemas democráticos contemporâneos.

Espera-se, assim, que o artigo possa revisar as ideias principais da Psicologia Política sobre liderança e discurso, contribuindo, com esse olhar, para o arcabouço teórico da área.

1. O Processo de Liderança

Compreender o fenômeno da liderança não é uma tarefa simples. O interesse despertado por esse tema abarca uma variedade de pontos de vista e enfoques que produzem uma larga gama teórica sobre o tema, refletindo os múltiplos contextos, momentos, grupos e estilos de análise dos olhares observadores.

Segundo Katz (1973) a liderança é um processo pelo qual um indivíduo exerce consistentemente mais influência que outros em uma execução das funções de grupo. Numa linha muito similar, McFarland (1969) aponta que o líder é aquele que consegue provocar coisas que de outra maneira não aconteceriam.

Essas duas abordagens trazem o líder como um indivíduo capaz de exercer influência em um determinado grupo, fazendo com que, em algum grau, se sucedam as ações por ele determinadas. Os processos de liderança, entretanto, são exercidos nos mais variados campos da sociedade. Desde um clube de futebol, até o comando de uma empresa, existe uma hierarquia funcional que estrutura posições de liderança. Para os fins de análise, interessa aqui a liderança política, que possui um conteúdo diferente de outros tipos de liderança.

Entende-se que essa diferença não se marca apenas pelo meio de atuação, mas também nos objetivos que cada uma persegue. A liderança política, dessa maneira, atua voltada a objetivos de natureza política. Sua principal atuação, segundo Katz (1973), estaria na reformulação ou mudança das metas grupais, intentando apoiar *o status quo* ou modificar o mesmo. A sua segunda atuação, então, seria a distribuição de recursos e recompensas que podem implicar ou não na mudança do sistema. Suas grandes áreas de atuação são, em essência, a definição de metas grupais e a distribuição de recursos (Katz, 1973). Por essa razão, a liderança política pode encontrar-se em outros lugares que não as esferas de governo e os partidos, embora seja mais comum observá-las desempenhar-se nessas plataformas (Sabucedo, 1996:59).

As dimensões que favorecem a aparição desse tipo de fenômeno são delimitadas por Sabucedo (1996), se constituindo de três principais fatores, que, numa relação dinâmica, resultam no processo de liderança. São elas: as características do líder, os seguidores e sua relação com o líder, e o contexto em que o líder tem lugar.

1.1. As Características do Líder

Cada líder possui particularidades específicas, que marcam sua figura frente aos seus seguidores. Um conjunto de crenças políticas básicas, é assim, a sua primeira e fundamental característica. Todo líder possui crenças e defesa de algum projeto de poder. Dessa maneira, esse conjunto, associado com o seu estilo político –isto é, a forma que se apresenta ao público– conduzem a uma relação de liderança que influi em determinadas linhas de condutas e conteúdos programáticos.

A motivação que o leva a busca pelo exercício da liderança é um terceiro aspecto de grande relevância. Seria possível estabelecer uma ideia geral que motiva os indivíduos para essa busca? Esse tema apresenta uma dificuldade fundamental, visto a diversidade de líderes e situações em que infere. Segundo Lasswell, a principal motivação dos políticos é o amor ao poder, junto com a busca de *status* e reconhecimento (Apud Sabucedo, 1996, p. 54). Porém, sua definição não esgota o tema, existindo muitas outras teorias sobre essa questão, que colocam a ideia da necessidade de aprovação e sentido de obrigação (Ibid Sabucedo).

O cenário político é marcado pela incerteza e pela pressão. Ao longo do tempo, a miríade de adversidades que o líder tem que lidar releva a importância de uma característica socioemocional, que é a reação que o líder tem frente ao estresse e à pressão. Como a tomada de decisão faz parte da rotina política, o seu nível de controle emocional pode produzir distintas decisões para a coletividade que lidera.

A maneira que o líder alcançou a posição de liderança, a sua experiência política e o clima político quando a iniciou revelam importantes aspectos de sua conduta, tornando possível a criação de expectativas por parte dos seguidores para o desempenho posterior. Essa história passada do líder é de importante interesse nos sistemas democráticos, visto que os líderes, a todo momento, são escrutinados pelo público.

Dessa maneira, mas não esgotando-se sobre o assunto, apresentam-se algumas características da liderança que influem na sua relação de comando/coordenação. Ademais essas, algumas abordagens destacam o papel das características interpessoais do líder. A questão das habilidades sociais é referência nessas análises, visto que as pessoas desenvolvem vínculos entre si das quais determinadas características socioemocionais são mais propícias para o desenvolvimento da liderança (Verba, 1968; Sabucedo, 1996).

Nesse ponto, no âmbito desse trabalho, convém sublinhar uma de particular interesse, que se relaciona à questão da persuasão, isto é, a empatia. A habilidade social de conseguir identificar, interpretar e racionalizar sobre as aspirações daqueles em volta é um fator fundamental para a liderança. A tomada de consciência política, decorrida dessa habilidade básica, influi em uma percepção muito enriquecedora sobre o cenário e as pessoas, possibilitando ao líder alinhar suas expectativas com o anseio do grupo, gerindo pessoas e organizações de maneira eficaz (Nunes, 2006). Essa percepção também permite, entre outros fatores, o aprimoramento do discurso político, permitindo direcioná-lo e afiná-lo aos interesses dos seus correligionários, conduzindo a um grau maior de persuasão e, conseqüentemente, da própria liderança.

1.2. Líderes e Seguidores

Um líder só existe se houver pessoas que o apoiem nessa posição. Essa relação é um aspecto fundamental do processo de liderança. Logo, o número e importância daqueles que o seguem é essencial para a promoção e manutenção da posição política por ele exercida. A constituição desse laço que une o líder aos seus seguidores interpõe diversas questões, que demandam uma análise mais aprofundada, e, portanto, mais complexa.

Nas democracias, o líder político tem essa posição por consentimento do povo (ou do grupo social que ele se estabeleça). A liderança implica, nesse ambiente, pesar os dois lados da balança dessa relação, ou seja, consiste em fazer compatíveis as demandas e expectativas dos grupos de seguidores com os próprios interesses e exigências do posto que o líder ocupa. Para manter a coesão, o líder deve cumprir uma série de pretensões de seus correligionários.

Nesse sentido, a noção de competência se relaciona diretamente com a relação de liderança. Afinal, um líder só se mantém no poder se consegue realizar políticas concretas que satisfaçam as demandas dos seus adeptos. O líder, então, deve mostrar-se eficaz nas suas atribuições. Para isso, deve estar atento as demandas de seus representados, buscando, no maior número possível de ocasiões, obter o conhecimento necessário sobre as preocupações que atingem o seu entorno. A execução das ações por ele requisitadas acrescenta credibilidade a sua imagem, afirmando a posição em que se encontra.

A imagem que os seguidores têm de seu líder é outro fator de extrema relevância. Não se abordará esse tema exaustivamente, tendo a próxima seção uma dedicação exclusiva a essa questão. Segundo Charaudeau (2005), as democracias contemporâneas estão salientando cada vez mais essa característica. O *ethos* do político passa a valer cada vez mais em uma sociedade que se afirma pelo individualismo e pelo distanciamento da política.

Essa imagem por vezes é tão forte que conduz os seguidores à “crença cega” no líder, onde, para tais, este passa a apresentar apenas virtudes, e não defeitos. A concepção weberiana de líder carismático implica um substancial aporte para a definição dessa relação. Esse tipo de liderança é marcado pelo julgamento extremamente positivo por parte dos seguidores (Weber, 1999). Para sua concretude, é necessário que se estabeleça um certo estabelecimento de distância entre o líder e os seus adeptos. O desconhecimento, provocado por esta, permite que se cubra as sombras da pessoa admirada com as características idealizadas.

Quando alcança grandes segmentos da população, tal tipo de influência pode levar ao populismo. O alto nível de poder então, concentrado e legitimado nas mãos do líder, provoca sérios perigos a democracia (Todorov, 2012). É por isso que, em qualquer processo de liderança, o papel desempenhado pelos seguidores é fundamental. Não se entende que os mesmos tenham um rol passivo nessa relação. Afinal, em nome da isenção de responsabilidade, grandes atrocidades foram cometidas e posteriormente justificadas¹. Destarte, à parte a influência

¹ Refere-se aqui aos julgamentos dos massacres cometidos pela Alemanha Nazista.

desempenhada pela persuasão do líder, os seguidores têm posição fundamental para esse processo.

1.3. O Contexto

Todo ato de liderança acontece em um tempo e espaço delimitado. Isso significa dizer que, para além das considerações psicológicas sobre o líder em si e seus potenciais seguidores, a relação de liderança só será estabelecida se as condições do contexto forem favoráveis a tal relação.

Cada época e sociedade possui suas demandas e limitações. Em determinados momentos da história humana, a persuasão não era um instrumento necessário para a conquista do poder. Valia-se, para isso, da força e da tradição. Dessa maneira, um indivíduo que dispusesse das melhores características interpessoais para a persuasão de um público, que lhe possibilitariam a tornar-se líder nas democracias ocidentais do século XXI, talvez não inferisse no mesmo resultado na Europa feudal da Idade Média.

Essa condição implica na reflexão de que cada sociedade possui normas sociais que influenciam nos limites da capacidade de conquista e atuação da posição de liderança. O sistema de crenças imperante no período leva que essa se estabeleça por características que erigem distintos tipos de vínculos com seus seguidores.

Para além dos valores societários, dado o dinamismo das relações de força em uma sociedade, as bases de sustentação da liderança se transformam. Em momentos de crise, o líder pode perder o apoio de seus seguidores. A existência de oposição, nesse sentido, é uma força externa atuante nesse jogo de forças (Verba, 1968; Sabucedo, 1996; Dorna, 2007)

O acesso aos recursos, sejam políticos, institucionais ou econômicos, também são dependentes do contexto. Liderar implica em constante negociação e, para isso, recursos são dispendidos. A transitoriedade desses fatores retrata uma pincelada do papel que o contexto vem a desempenhar para explicar o processo de liderança política.

2. Liderança e Discurso Político

Difícilmente, nas democracias do mundo, se encontrará uma liderança política que, em algum momento, não tenha persuadido o público. O discurso acompanha a política. Não há ação política sem consenso. E não há consenso sem debate. Em um jogo de discursos e imagens, prevalece a busca pela sedução do público. A verdade e a mentira, nessa relação, nunca são explícitas. As máscaras entram em cena, mas não para ocultar a verdadeira identidade do seu ser, e sim, para unir-se com aqueles que deseja se representar.

A mentira e a verdade são objeto de estudo desde à época dos gregos antigos. Protágoras, um dos conhecidos sofistas, argumentava que era preciso aprender a argumentar pró e contra qualquer posição, pois não há uma verdade universal, todas posições são verdadeiras. Platão, por sua vez, refutava esse tipo de raciocínio, pois o homem deve prezar pela busca da verdade, que existe em absoluto.

Há uma verdade absoluta, que deve reger a vida de todas as pessoas? Como é possível defini-la, quando se há uma pluralidade tão grande de teorias, doutrinas e ideologias? Seria essa verdade “manufaturada”?

A resposta a essa pergunta é incerta. A ela, ocupam-se os filósofos há séculos. Mas, o que se vislumbra, na política, é que as lideranças e grupos políticos buscam encontrar uma verdade, uma identidade, para através dela, ligarem-se com o público em geral.

Essa verdade já está, em parte, criada. Cada grupo ou pessoa tem representações sociais como referência de mundo. Entre a realidade e o potencial de percepção que um sujeito dela tem existe um processo de interpretação pelo qual a realidade é construída em função da posição do mesmo sujeito e das condições materiais que provêm do contexto social em que ele se encontra (Charaudeau, 2005:194).

As representações interpretam a realidade que nos cerca, atribuindo-lhes relações de simbolização e de significação. Sua constituição se dá pelo conjunto de crenças, dos conhecimentos e das opiniões produzidas e partilhadas pelos indivíduos de um mesmo grupo a respeito de um dado objeto social (Charaudeau, 2005). Dessa maneira, as representações sociais organizam os esquemas de classificação e de julgamento de um grupo social e lhe permitem exibir-se através de rituais, de estilizações de vida e de signos simbólicos.

Charaudeau (2005:197), a partir de uma abordagem cognitivo-discursiva, define que:

as representações constituem maneiras de ver (discriminar e classificar) e de julgar (atribuir um valor) o mundo, mediante discursos que engendram saberes, sendo que é com esses últimos que se elaboram sistemas de pensamento, misturas de conhecimento, de julgamento e de afeto. Nessa perspectiva, os saberes são maneiras de dizer configuradas pela e dependentes da linguagem que ao mesmo tempo contribuem para construir sistemas de pensamento.

Esses saberes, bases das significações, são de dois tipos:

- a) Os saberes de conhecimento objetivam estabelecer uma verdade universal sobre os fenômenos do mundo. Existem para além da subjetividade do sujeito, pois a verdade, que marca sua compreensão, está exterior ao próprio homem. Tem por base a razão científica, que estabelece métodos e conceitos para a definição de uma realidade provada e incontestável.
- b) Os saberes de crenças constroem julgamentos sobre o mundo. Sua característica está relacionada aos valores de atribuição e não ao conhecimento empírico sobre a realidade. São procedentes de um juízo de valor que as pessoas fazem sobre o mundo, no qual intervém tanto a lógica quanto a emoção.

O universo de significações das representações sociais, pelos saberes constituídos, funda a identidade de um grupo. O que o mantém unido, cimentando o seu mundo de significação em uma ordem coerente, é o imaginário social. O ato discursivo permite que esse imaginário se

materialize, configurando identidades coletivas, percepção que os indivíduos e os grupos têm dos acontecimentos e dos julgamentos que fazem de suas atividades sociais. Através dele, caracterizam-se imaginários sociodiscursivos (Charaudeau, 2005).

O discurso político tem como função então, materializar esses imaginários da verdade. E tem como objetivo transformar as verdades de crença que os sustentam em verdades de conhecimento. É por isso que essa duplicidade se torna fundamental tanto para as lideranças quanto para os seguidores. É através dela que se solidifica a relação do líder com seus correligionários, pois não há liderança sem a criação de um vínculo, estabelecida pelo discurso, e não há ação política que vise a transformação da realidade, sem haver um imaginário sociodiscursivo que a apoie. Como aponta, Teun Van Dick (1993: 258), “Aqui tocamos no núcleo da análise crítica do discurso: isto é, uma descrição detalhada, explicação e crítica das formas como os discursos dominantes (indiretamente) influenciam tais conhecimentos, atitudes e ideologias socialmente compartilhadas, nomeadamente através do seu papel na fabricação de modelos concretos.”

Logo, para a construção da liderança política, a apropriação estratégica do discurso político é um fator fundamental. Como explanado na seção anterior, o exercício da liderança tem dependência direta da participação dos seguidores, seja através do voto, da militância ou de outras ações. O discurso político permite a construção desse vínculo. Considera-se então, analisar como tal se estrutura.

2.1. A Busca da Imagem Ideal: o papel do discurso político

A busca dos líderes políticos é, em primeiro lugar, a sua própria aprovação. Essa, em eleições ou no plano das ideias, é dependente de uma série de condições, na qual o discurso político tem parcela de responsabilidade pelo seu alcance.

Um líder que exiba ideias desconectadas do seu público geralmente obtém pouca margem de sucesso. É pouco razoável conseguir liderança defendendo a livre concorrência para um público socialista. Dessa maneira, o conteúdo do discurso é sintonizado com as crenças de seu interlocutor.

Porém, mais do que para o conteúdo de puro raciocínio das ideias, a imagem do político vem se tornando cada vez mais a tônica de sua popularidade. Afinal, em alguns segundos de propaganda televisivas o eleitorado tem o seu contato com o aspirante a liderança e decide eleições. A exploração da imagem política é um dos temas que, constantemente, muitas disciplinas têm se voltado.

O discurso político sempre engendrou o uso de imagens. Aristóteles em *Retórica*, dispõe que o ato comunicacional estabelecido entre o locutor e seu público se constitui por três componentes. O *logos*, pertencente ao raciocínio puro, funda as faculdades intelectuais e volta-se para o estabelecimento da verdade. O *pathos* fundado nos sentimentos, remete aos deslocamentos emocionais e é voltado para o auditório. O *ethos*, por sua vez, diz respeito à imagem daquele que fala e que é igualmente suscetível de tocar o auditório pela possível identificação deste à pessoa do orador.

O *ethos* político resulta de uma complexa conjunção de traços pessoais de caráter, de corporalidade, de comportamento e de declarações verbais que se relacionam as expectativas vagas dos cidadãos, que, por meio de imaginários, lhes atribuem valores positivos e negativos a essa maneira de ser (Charaudeau, 2005). É nesse último componente, e a sua constante sobreposição no discurso, que o autor volta a sua análise, e o artigo propõe-se a discutir. Para ascender a liderança, o político deve possuir credibilidade e identificação. O *ethé* de credibilidade, pois, é um conjunto de tipos de identidades discursivas realizadas pelo sujeito falante, que possibilita a ele ser aceito pelo seu público, tido como uma pessoa digna de crédito.

Ela é fundada na ideia de que o sujeito tem o poder de fazer. A ele é dado crédito devido a acreditar-se que ele sempre diz o que pensa, que consegue meios para pôr em prática aquilo que promete, e que realmente cumpre o pretendido. Essas condições implicam na necessidade de se ter sinceridade, performance e eficácia. Dessa maneira, para satisfazer tais anseios, o político deve construir para si o *ethos* de sério, de virtuoso e de competente (Charaudeau, 2005).

O *ethos* de “sério” é construído com a ajuda de diversas composições. Índices corporais e mímicos, com posturas de certa rigidez e pouco sorridentes; não participar de atividades frívolas; possuir uma vida privada estável, sem infidelidade conjugal e voltado à família²; possuir um tom de voz firme e comedido, são alguns dos fatores que contribuem para essa formação.

O *ethos* de “virtude” é um gênero de imagens instaurado com o tempo. A ele, se atribui que o político deva possuir sinceridade e fidelidade as suas promessas, acompanhado de honestidade pessoal. Sendo assim, a sua construção deve levar em conta o cumprimento dos compromissos, a declaração dessa virtude em entrevistas ou debates, entre outras tantas atitudes. É um tipo de resposta aos cidadãos, que, ao delegarem poder, esperam que o homem ou mulher que dele passa a deter seja modelo de retidão e de honradez.

O *ethos* de “competência” requer saber e habilidade do seu possuidor. Os políticos devem mostrar que conhecem as peculiaridades da vida política e nela sabem atuar. Isso se marca pela evidência de declarações que ressaltem as competências, tais como herança, estudo, funções exercidas, entre outras experiências. É uma questão difícil de ser lidada para os jovens que começam na política e não podem se valer de um legado de grande percurso.

Uma outra condição que o líder político deve cumprir é a de identificação. Toda construção do *ethos* se faz numa relação triangular entre um si, um outro, e um terceiro ausente, portador de uma imagem ideal. O si busca endossar essa imagem e o outro adere a ela de acordo com o grau de sucesso que aquele teve em alcançá-la. Na identificação, o cidadão, mediante um processo irracional, funda a sua identidade na do político.

É difícil apontar os tipos de imagens que caracterizam esse *ethé*, visto a pluralidade e heterogeneidade de imaginários. Porém, como as imagens buscam tocar o maior número de indivíduos possíveis, é concebível descrever alguns.

O *ethos* de “potência” é uma das características que permitem essa identificação. Os postos de liderança requerem, em grande parte do imaginário popular, homens e mulheres de ação. Transmitir-se enquanto uma pessoa que possui uma energia física interna tão grande,

² Valores relativos de cada sociedade, porém muito vistos na maioria dos países ocidentais (Ibid Charaudeau).

capaz de realizar as tarefas mais árduas, é um fator de grande relevância. Esse *ethos* se manifesta na ideia, principalmente para o gênero masculino, da virilidade sexual, com a realização de grandes comícios, proezas físicas pessoais e encenações que glorificam a força.

Esse imaginário de força também é compartilhado pelo *ethos* de “caráter”, embora não possa ser confundido com este. O tipo de força deste se relaciona mais com o espírito do que com o corpo. Tal se manifesta na vituperação, na provocação, na polêmica, na “força tranquila” e na firmeza. O *ethos* de “inteligência”, diferente em essência da força, também produz identificação, na medida em que provoca admiração e respeito por aqueles que demonstram tê-lo. Em referência ao político, sua inteligência não é somente percebida pelo seu modo de falar e agir, mas também em suas ações na vida privada. Contribuem para isso títulos universitários, exercício de funções que demonstrem essa capacidade, e outras formas de prestígios no mundo intelectual.

Uma das imagens que desperta apreço do público é o *ethos* de “humanidade”. As sociedades, em geral, valorizam os indivíduos que demonstram sentimentos, compaixão para aqueles que sofrem e possuem a capacidade de confessar suas fraquezas (desde que as fraquezas não se manifestem como incompetência do sujeito, e sim como fruto da coragem e da sinceridade). O uso dessas figuras, em momentos apropriados, produz o efeito de união com o público. O *ethos* de “chefe” é direcionado ao cidadão, e produz a imagem idealizada de representação, muito almejada pelos cidadãos. As figuras de guia supremo, de soberano e de comandante acompanham esse tipo de *ethos*, produzindo cada qual, um tipo de imagem, mas que em comum, têm em destacar o líder como figura diferenciada e heroica para o imaginário popular. Por fim, o *ethos* de “solidariedade” reflete a concepção de que o líder partilha as necessidades dos outros, sendo igualmente responsável por elas. Produz a ideia de estar junto, acompanhada por ações de reciprocidade em atos e declarações, em determinados temas políticos.

Todos os tipos de *ethos* apontados não se apresentam univocamente. Constantemente, os políticos utilizam *ethos* até mesmo contraditórios, visando criar imagens que se encaixem no contexto do público para que se dirija o discurso. Como o próprio *ethos* reúne uma identidade social do ser (ele enquanto si próprio) e uma identidade discursiva (passível de criação), nem sempre algumas imagens podem ser utilizadas (Ibid Charaudeau). Determinados políticos, de porte corporal mais franzino e voz mais fraca, por exemplo, se saíam muito pouco autênticos buscando a construção de um *ethos* de potência. Dessa maneira, os discursos são aportados com as condições do ser e da plateia, e, quando estrategicamente calculados, permitem o alcance da credibilidade e da identificação.

2.2. O Despertar dos Imaginários

Como anteriormente foi dito, os discursos políticos visam produzir efeitos de verdade, buscando transformar as verdades de crença em verdades de conhecimento. Tais efeitos dependem das representações construídas por cada grupo social, se ligando diretamente aos

imaginários que deles se estruturam. Na dramaturgia política, os discursos recorrentemente evocam alguns imaginários sociodiscursivos (Ibid Charaudeau).

Um deles é o imaginário da “tradição”. Essa forma remete a um passado longínquo, puro, onde os valores ali reinantes eram os mais dignos de serem exaltados. Fonte da origem e da autenticidade dos povos, foi muito invocado ao longo da história.

Os discursos que engendraram esse imaginário mobilizaram grandes massas, em cruzadas armadas que, para além das guerras, promoveram “limpezas” étnicas e genocídios. O apelo a esse imaginário é feito quando se trata de defender os valores fundadores de uma comunidade e pelos quais os membros devem sentir-se responsáveis.

Nas democracias modernas, é passível de se enxergar o seu uso. Marine Le Pen o utiliza ao embate das imigrações, e no Brexit também se observou tal tônica nos discursos. A ideia de retorno as fontes, muito associada a esse imaginário, costuma elevar aspectos tais como a natureza, a pureza da comunidade, a fidelidade e a responsabilidade de seus membros. Ademais, também busca contrapor-se a perda identitária causada por outro imaginário, que é o da “modernidade”.

Este imaginário, por sua vez, impõe-se com a noção de que o tempo presente é melhor do que o passado, sendo a ideia de moderno como bom sempre vetor dessa contraposição. O passado seria o lugar de práticas e ideias arcaicas, onde a forma de organização da sociedade se instalaria de maneiras que não produzissem o progresso esperado pelas novas exigências da contemporaneidade.

Frequentemente, no interior desse imaginário, faz-se o uso da concepção de economia e tecnologia. A economia sempre em avanço, que produz maiores resultados para todos, é uma questão muito abordada. Em seu âmago, entretanto, disputam-se os discursos que prezam pela regulação controlada e da auto-regulação natural da produção econômica. No referente à tecnologia, procura-se voltar para as inovações que ela traz, que fornecem maneiras mais eficazes de criação e circulação de riquezas para a sociedade.

O imaginário da “soberania popular” assenta-se na ideia de que o poder vem do povo, e os políticos o detém porque a ele lhe são concedidos. A alusão a esse poder mítico, que governa o destino dos homens em proveito da razão humana, está na base de diversos discursos. Tem como base o mito democrático.

Tal imaginário é aludido para uma diversidade de fins, se associando com outros tipos de discursos. O direito a identidade, muito vinculado a esse imaginário, repousa na aceção de que o grupo, em nome de sua identidade, deve agir por um caminho. Nessa questão, as posições variam desde considerações universalistas dos direitos e do modo de viver, até as de cunho mais nacionalistas. O discurso do igualitarismo, por sua vez, tem seu grau de associação nesse contexto. Em nome da República, usa-se a razão soberana para promover a igualdade entre as pessoas. Esta, porém, apresenta suas variações, tanto possibilitando interpretações quanto à uma igualdade econômica ou de *status*. Ligado estritamente com este discurso, está também o da solidariedade, que ao crer na defesa de outros grupos menos favorecidos, promove a busca pela identidade comum.

Observa-se, assim, o grau de intimidade que os discurso políticos conseguem adentrar nos indivíduos. Tocando nas suas concepções de mundo, os imaginários são suscetíveis de evocação e de ressignificação, na medida que o discurso se coloca de forma persuasiva pelo seu interlocutor. Isso se dá porque os discursos fornecem emoções para seu público, e,

principalmente, criam imagens de mundos ideais. A questão não passa a ser então, se o político é fidedigno ou dissimulado em suas ações, se o conteúdo de sua fala tem como primazia a “verdade universal”, mas apenas quais verdades e quais mentiras são despertadas pelo discurso para a proposição dessa liderança que visa se estabelecer.

3. O Papel da Mídia

A mídia é um fenômeno de grande relevância a se considerar na propagação do discurso político. Isso decorre de sua característica fundamental: por ser uma plataforma que estabelece um tipo de forma de circulação da informação, as suas especificidades interpõem condições ao interlocutor para que o discurso alcance o objetivo pretendido.

Ademais de sua especificidade enquanto instrumento, a sua maneira de apropriação é um fator a muito pesquisado, e que revela distintas formas de se encarar a sua influência. Amaral (2000) vê nas mídias, particularmente na imprensa, uma ferramenta de domínio ideológico de força abissal. Segundo o autor, a opinião pública é morta, no sentido em que é construída pela própria mídia. Os veículos de comunicação veiculam noticiários dando ênfase a determinado tema, a sua constante exposição motiva as pessoas a absorver a posição defendida implicitamente pelo jornal pela forma que é exposta, e, após isso, as pesquisas de opinião são feitas sobre assuntos paralelamente relacionados, que acabam por validar, pelo somatório das opiniões individuais dos entrevistados, uma posição já almejada pelo veículo transmissor.

Essa posição, que faz parte da corrente caracterizada de modelo hipodérmico por Sabucedo (1996) vêm sendo contrastada cada vez mais com a que defende os efeitos limitados da mídia. Para esta, as mídias não são uma entidade única, e sim a existência de diversos tipos de suportes de informação (rádio, internet, televisão, etc.) que se dirigem a públicos diferentes. Estando submissas à lei implacável da captação, precisam seduzir o público, com as maneiras e objetivos que lhe são próprias. Além disso, para além de uma direção unívoca de transmissão da informação, o receptor da mensagem possui crenças, valores e atitudes que não são facilmente mudados com a exposição de notícias atemporais e fragmentadas. Dessa maneira, os meios de comunicação de massas são heterogêneos entre si e destinados a públicos igualmente heterogêneos em sua forma.

Por esta concepção, é conveniente analisar a influência que duas principais formas de mídias impõem ao discurso político, por seu grau de alcance ao cidadão.

A televisão, uma das formas de circulação de informação de maior alcance populacional, traz algumas dificuldades para o político. A primeira delas diz respeito às condições de visibilidade que a cena midiática impõe (Van Dick, 1993; Charaudeau, 2005). Costumam ser convidados, para os programas televisivos, apenas aqueles políticos que já gozam de certa notoriedade. Dessa maneira, a depender de sua posição, aquele mudará o tom do seu discurso. Os chamados “candidatos nanicos”, lançando mão todos os meios possíveis para se ter acesso as

mídias, multiplicam declarações provocativas e comprometem-se com ações de maneira a nunca estarem fora dos bastidores.

A característica dramatizadora da TV em relação à informação, que privilegia os efeitos da emoção para a sedução do telespectador, é um fator limitante à exposição racional dos projetos políticos. As técnicas de anúncio privilegiam alguns assuntos e ocultam outros; as explicações essencializantes transformam em fantasias as causas e colocam os responsáveis como malévolos personagens do mundo; as comparações produzem efeitos de unificação. Ademais, o rotineiro aspecto de pegar “frases soltas” de candidatos desvirtualiza os contextos e inferem na modificação da imagem do político. Em entrevistas, a sequência de perguntas, por vezes preparadas e convenientes, por outras procurando obter revelações, produzem a necessidade de adaptação do discurso político.

A tendência televisiva de buscar-se em investigações que acusam as pessoas, de maneira a mostrar que agiram de maneira intencional, é outro fator de adversidade (Ibid Charaudeau). Paulatinamente, tal mídia passa a adentrar na imagem do sujeito, transformando-a frente ao olhar do telespectador. Tal penetração na vida íntima é ainda, consubstanciada com alguns programas de entretenimento que tem esse objetivo explícito, de conhecer a vida privada dos políticos. As adaptações do discurso, são, assim, imperativas dessas formas.

As chamadas novas mídias digitais são uma fonte de informação em crescimento no mundo, pelo avanço da tecnologia. Seu papel torna-se cada vez mais fundamental na medida em que o número de pessoas conectadas nas redes *online* aumenta em grande velocidade, bem como seu número de horas diárias dispendidas em frente a tela.

Pêcheux (1990) indica que o discurso político se torna refém das formas de circulação da informação da qual está inserido. Dessa maneira, as novas mídias estão trazendo elementos singulares de linguagem para a composição da identidade discursiva dos políticos.

A língua de madeira³, referenciada a um sistema fechado, duro, doutrinário e bastante prescritivo-normativo, a exemplo da língua da gramática, vem cada vez mais sendo substituída, no ambiente virtual, pela língua de vento (Sargentini, 2015). Esta, que compreende uma discursividade pautada na volatilidade e na fluidez, prezando pela instantaneidade do sentido, está sendo muito associada a propaganda política nas mídias digitais.

Sargentini realiza a análise de algumas páginas políticas no *Facebook*. As páginas humorísticas, como a “Dilma Bolada”, que utilizam “memes”⁴ curtos e de rápido entendimento, agregam ao discurso político contemporâneo esse tipo de linguagem. Se constitui de um recurso de apelo ao humor que, por invisibilizar o sujeito que enuncia (a força política em questão, pois a postagem é feita pela página de humor), permite que, de uma forma leve, sem ser vista como impositiva, chegue ao eleitor como uma propaganda eleitoral (Sargentini, 2015).

³ Gadet, Peachex (2004).

⁴ A definição de meme na internet é simples: trata-se de uma imagem, vídeo ou frase bem-humorada que se espalha pela internet como um vírus. Alguns memes estão por aí por tanto tempo que a gente nem se lembra mais de quando (e porque) eles apareceram. (Fonte: Revista Super Interessante, disponível em: <http://super.abril.com.br/multimedia/memes-682294.sthtml>).

As redes sociais, ao eliminarem a intermediação jornalística, oferecem acesso direto ao povo, de maneira a humanizar o candidato e individualizar o eleitor. O *ethos* do político, assim, vai sendo recriado e sedimentado por essas novas formas de expressão, que, embora superficializem a discussão ideológica pela centralização do humor descompromissado, contribuem para a constituição de novas técnicas discursivas e a formação de uma imagem original do político.

Considerações Finais

Viu-se, até aqui, que o líder e seus seguidores, mais particularmente, o político e os eleitores, existem em uma dupla relação. Não existe liderança sem consentimento pois, nas democracias, obtém-se a concessão da soberania através do voto. A questão central reside em como se constrói esse consentimento.

O discurso político, um dos elementos fundamentais para a construção da liderança política, envolve os ouvintes em uma mistura de razão e emoção. Através dele, o político exprime-se com o povo, de maneira que, através de sua expressão, consiga a aprovação e a defesa de seu projeto de poder. Tal forma discursiva engendra o *logos*, o *pathos* e o *ethos*, e esse último, parece estar cada vez mais presente para a escolha das lideranças nas democracias contemporâneas.

O “abuso” da imagem (do *ethos*) pelo político seria um sinal de degenerescência da política? Afinal, cada vez mais, os políticos são eleitos somente porque aparentam ser alguém positivo frente a seu público.

Como esse trabalho buscou explicar, as pessoas carregam imaginários em suas concepções de mundo, e os discursos tocam nesse aspecto. Todo ato comunicacional envolve um misto de emoção e razão. Não seria correto dizer que o julgamento sobre os outros deveria ser pautado somente com base na razão, pois os sentimentos, que abarcam na interpretação emocional sobre as pessoas, fazem parte da natureza humana.

Dessa maneira, não é “anti-ético” que os políticos utilizem desse instrumento discursivo para a construção de sua imagem frente ao público. Isso faz parte do jogo da persuasão. Porém, para a qualidade de uma democracia ser superior, os julgamentos sobre os líderes deveriam ser pautados, com mais veemência, no campo das ideias. Caso contrário, consistentemente, veremos em nossa sociedade surgir figuras caricatas, que, pautando-se somente no marketing político, eleger-se-ão com projetos de poder desconexos da realidade de seus eleitores. A mudança fundamental, acredito, passa pelo aprendizado dos cidadãos que, entendendo como agem as lideranças na construção de suas identidades discursivas, atentem-se não somente ao *ethos* por elas desempenhado. Espera-se aqui que esse trabalho tenha contribuído para a compreensão que esse olhar proporciona.

Referências Bibliográficas

- Adorno, Theodor. (2019). *The authoritarian personality*. Nova Iorque: Verso Books.
- Amaral, Roberto. (2000). Imprensa e controle da opinião pública. *Revista de Informação Legislativa*, 37(148), 197-218.
- Charaudeau, Patrick. (2005). *Discurso Político*. Paris: Pinsky.
- Deutsch, Morton. (1984). “¿Qué es la “psicología política?”. *Revista Internacional de Ciencias Sociales*, 30(1), 239-256.
- Dorna, Alexandre. (1998). *Le leader charismatique*. Paris: DDB.
- Dorna, Alexandre. (2006). La psicología política: un enfoque heurístico y un programa de investigación sobre democracia. *Liberabit*, 12(12), 21-31. Acessado em 13 de março de 2021, de: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1729-48272006000100003&lng=pt&nrm=iso
- Dorna, Alexandre. (2007). *A psicologia política o líder carismático e personalidade democrática*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Katz, E., & Lazarsfeld, P. F. (1973). *La influencia personal: el individuo en el proceso de comunicación de masas*. Barcelona: Paidós.
- McFarland, A. S. (1969). *Power and leadership in pluralistic systems*. Stanford: Stanford University Press.
- Montero, Maritza. (2004). *Leadership and Organization for Community Prevention and Intervention in Venezuela*. Londres: Routledge.
- Nunes, Carmén García Nunes del. (2006). Conciencia política y liderazgo. *Liberabit*, 12(12), 33-40. Acessado em 07 de junho de 2021, de: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1729-48272006000100004&script=sci_abstract
- Pêcheux, M. (1990). *Discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes.
- Pêcheux, M., & Gadet, F. (2004). *A língua inatingível. O discurso na História da Linguística*. Trad. Bethania e Maria Elizabeth Chaves de Mello. Campinas: Pontes.
- Petersen, Michael Bang., & Laustsen, Lasse. (2020). Dominant leaders and the political psychology of followership. *Current Opinion in Psychology*, 33, 136-141. Acessado em 08 de março de 2022, de: <https://doi.org/10.1016/j.copsyc.2019.07.005>
- Sabucedo, José Manuel. (1996). *Psicología Política*. Madrid: Síntesis psicología.
- Sargentini, Vanice. (2015). Discurso político e redes sociais. *ABRALIN*, 14(2), 215-232. 2015. Acessado em 08 de março de 2022, de: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1264/1187>
- Silva, Alessandro Soares da. (2012a). A Psicologia Política no Brasil: lembranças e percursos sobre a constituição de um campo interdisciplinar. *Psicologia Política*, 12 (25), 409-425. Acessado em 03 de setembro de 2022, de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2012000300004
-

- Silva, Alessandro Soares da. (2012b). *Psicologia Política, Políticas Públicas e Movimentos Sociais*. Tese de Livre Docência. Universidade de São Paulo. São Paulo.
- Silva, Alessandro Soares da. (2013a). Leituras psicopolíticas sobre subjetividades, política e poder. *Revista Psicologia Política*. São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo. Acessado em 12 de maio de 2021, de: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v13n27/v13n27a01.pdf>
- Silva, Alessandro Soares da. (2013b). Um enfoque psicopolítico das políticas públicas. *Revista Electrónica de Psicología Política*, 11(30), 1-6. Acessado em 12 de maio de 2021, de: [https://www.researchgate.net/publication/344664075 Um Enfoque Psicopolitico das Politicas Publicas Un Enfoque Psicopolitico de las Politicas Publicas](https://www.researchgate.net/publication/344664075_Um_Enfoque_Psicopolitico_das_Politicas_Publicas_Un_Enfoque_Psicopolitico_de_las_Politicas_Publicas)
- Silva, Alessandro Soares da. (2015). A psicologia política ser/estar nos interstícios das disciplinaridades. Em Alessandro Soares da Silva, & Felipe Corrêa. (Org.). No interstício das disciplinaridades A psicologia política. Curitiba: Prismas.
- Silva, Alessandro Soares da., & Euzébios Filho, Antonio. (2021). Marxismo, consciência e comportamento político. *Linhas Críticas*, 27, e36500. Acessado em 13 de setembro de 2023, de: <https://doi.org/10.26512/lc.v27.2021.36500>
- Silva, Alessandro Soares da., & Ortolano, Fabio. (2022). Direitos Humanos como Fundamentos da Democracia e da Educação para a Cultural de Paz. *Revista do Mestrado em Direito UCB*, 16, 146-183. Acessado em 15 de agosto de 2023, de: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/rvmd/article/view/14212>
- Silva, Alessandro Soares da., & Euzébios Filho, Antonio. (2023). Poder, crise e insurgência no Brasil e o direito a ter direitos. *Psicologia USP*, 34, e210101. Acessado em 13 de setembro de 2023, de: <https://doi.org/10.1590/0103-6564e210101>
- Todorov, Tzvetan. (2012). Os inimigos íntimos da democracia. São Paulo: Companhia das letras.
- Van Dick, Teum. (1993). Principles of critical discourse analysis. *Discourse & Society*, 4(2), 249-283.
- Verba, Sidney. (1968). *El Liderazgo: grupos y conducta política*. Madri: Nebrija.
- Weber, Max. (1999). *A política como vocação*. Brasília: Editora UNB.

Recebido em 05/08/2021.
Revisado em 12/09/2022.
Aceito em 11/02/2023.